

O ano que acabou: 1968 na imprensa paraibana

Lidiane Gonçalves e Stenio D’Avila Lins*

Introdução

O período da ditadura militar (1964-1984) vem sendo tratado de maneira cada vez mais ampla, resultando na existência de uma bibliografia vasta sobre o assunto. “No desenrolar do ano de 1968, uma série de embates entre setores da sociedade e o regime militar ocorreria. Em março, protestos estudantis explodem em todo o país” (BEHAR, Regina. Relatório de apresentação do projeto *O ano que acabou: 1968 na imprensa paraibana*, PIBIC/CNPq, 2002). Na Paraíba, como em todo o país ocorreram conflitos entre estudantes e os representantes do novo regime ditatorial.

O período que antecedeu o AI-5 foi repleto de lutas ideológicas e atividades de protesto, bem como de repressão policial. A luta dos estudantes por melhores condições de ensino associava-se à crítica ao regime e à luta pela volta da democracia, levando ao acirramento do autoritarismo por parte dos militares. Jornalistas perderam sua fundamental condição de trabalho: a liberdade de expressão. As prisões, os espancamentos, a tortura; todas as atrocidades contra estudantes e jornalistas que se opunham ao regime ocorriam sem muito segredo.

Mil novecentos e sessenta e oito foi um ano tão importante política e socialmente para o Brasil, que as manifestações ocorridas durante este período influenciaram outras gerações. A coragem e a determinação dos jovens daquela época foi tão forte que atravessou décadas, marcando a memória sobre o período. É nesse contexto de lutas e repressão que se desenvolve esta pesquisa a partir de uma proposição: descortinar a relação Estado/Sociedade/Imprensa, identificando o papel dos meios de comunicação numa conjuntura de crise democrática, a partir do viés informativo e opinativo adotado frente aos embates travados pelos movimentos sociais organizados, especialmente o movimento estudantil, contra a ditadura militar, ao longo daquele ano. Neste texto, trataremos de dois dos jornais selecionados para análise no âmbito do Projeto: *A União* e *O Norte*.

A ditadura militar de 1964 a 1968

Consumado o golpe, o regime militar instalado em 1964 apontava para a promessa de restabelecimento da democracia, o que não ocorreu. A ditadura consolidou-se e os sucessivos atos institucionais suspenderam, na prática, as garantias constitucionais, que até então vigoravam. Essa

* Alunos dos cursos de graduação Lidiane Gonçalves (Comunicação) e Stenio D’Avila Lins (História), são bolsistas do projeto PIBIC, O ano que acabou: 1968 na imprensa paraibana, sob a orientação da Prof^a Regina Behar do Departamento de História. Este texto é parte das conclusões parciais que resultaram do desenvolvimento do projeto que lhe dá título, desenvolvido a partir de agosto de 2002.

atitude enfraqueceu consideravelmente os poderes legislativo e judiciário, mantendo, porém, uma fachada pseudodemocrática, na tentativa de mascarar a ditadura recém implantada no Brasil.

Após esse primeiro momento, à medida que a oposição procura um lugar nesse novo cenário político, o governo tomava medidas para a repressão aos dissidentes: polícia nas ruas, reforma de militares, cassações, Inquéritos Policiais Militares, os famosos IPM's.. Eram medidas caracterizadas por uma forte intervenção das relações sócio-políticas,, seguidas do uso de força repressora nos casos em que o governo julgasse necessário aplicar, como forma de desestabilizar uma oposição crescente.

O primeiro dos instrumentos repressivos editados pelo governo foi o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, que ampliava os poderes do executivo e reduzia os do Congresso Nacional, além de suspender alguns direitos individuais, como também a estabilidade de funcionários públicos civis e militares em todos os níveis. Em seguida, o governo irá montar todo um aparato de controle social, criando em 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informação - SNI, cuja função era de coletar informações a propósito de atividades consideradas subversivas ao país, repassando-as em seguida ao Conselho de Segurança Nacional. As forças armadas teriam também seus serviços de informações estruturados, como também seriam criados serviços de informações em diversas repartições públicas. Esse aparato foi trabalhado de forma articulada, estabelecendo uma ampla rede de controle, capacitando e alimentando a ditadura, sendo usado principalmente na identificação de elementos que por ventura se opusessem ou tentassem prejudicar o governo em suas ações.

Entre 1964 e 1968, o governo editou cinco atos institucionais, acrescentando-se ainda os atos complementares. O Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968, veio a ser editado em meio a uma grande movimentação de protesto contra o regime ditatorial. A aparente manutenção das instituições político-representativas , num processo de uma suposta redemocratização foi desmascarada pelo AI-5, o mais violento dos atos institucionais que, entre outras prerrogativas, deu ao presidente o poder de suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais, incluindo *habeas-corpus*; estabeleceu a intervenção federal em estados e municípios e o fechamento do legislativo. Considerado o “golpe dentro do golpe”, o AI-5 não teve prazo de vigência determinado, sendo revogado apenas onze anos depois. Assim, o discurso de abertura política e aparente democracia se partiu ao meio, deixando aos opositores do regime duas opções, o exílio ou a luta clandestina.

Ao longo do ano de 1968, antes da decretação do AI-5, espalhou-se no país uma crescente onda de manifestações, respondidas pela ditadura com repressão policial e de violência generalizada. Um marco nesse processo foi a morte do estudante Edson Luiz, em março de 1968 no Rio de Janeiro, desencadeando uma série de manifestações de protesto em todo o país.

Na Paraíba se registraram, como em outros estados, manifestações de massa em protesto contra a morte do estudante. Já em primeiro de abril a imprensa registrava a primeira delas, tendo o governo do Estado adotado a simpática posição de observação, com a polícia, orientada para não usar violência, decisão que não seria aplicada aos outros protestos ocorridos ao longo dos meses.

Análise do jornal *O Norte*

O primeiro número do jornal *O Norte* foi posto em circulação no dia 7 de maio de 1908. Tinha como diretor Orris Eugênio Soares, que foi o fundador do jornal ao lado do seu irmão Oscar Soares. Este jornal surgiu numa época em que a imprensa paraibana era muito efêmera, jornais e revistas passavam pouco tempo em circulação, poucos como *O Norte* conseguiram “sobreviver”. O jornal foi sistematicamente usado nas campanhas locais para eleger determinados políticos; sua direção passou para o grupo dos Diários Associados, comando por Assis Chateaubriand e hoje *O Norte* continua pertencendo a este grupo e é administrado por Cecílio Fonseca.

O *Norte* em 1968

O período histórico que interessa à nossa pesquisa é o ano de 1968. Este ano foi um ano de muitas atribulações, repleto de acontecimentos nacionais e internacionais que, de certa forma, mudaram o rumo da história.

O jornal *O Norte* que perderia seu “líder” em abril daquele ano, traz no dia 3 de janeiro o editorial “Dificuldades”, que mostra a falta de otimismo por parte do jornalista que escreveu a opinião do jornal (visto que o editorial expressa a posição da empresa). Intitulado “Sombrias perspectivas para o amanhã” e “O ano que se inicia não traz acenos de prosperidade” são duas das várias frases pessimistas encontradas no editorial. Ao ler esta parte do jornal, que foi publicada no começo do ano, temos a impressão que o autor destas frases, teve uma espécie de premonição ruim.

De fato, o ano de 1968 não nos trouxe avanços, pelo menos no campo político, nos trouxe retrocessos. O medo do poder militar, as cassações, os processos, o recurso aos métodos de tortura passaram a fazer parte do cotidiano e do horizonte de expectativa dos opositores do regime. Logo o regime buscava calar de vez a imprensa que ainda tinha fôlego para contestar, através do expediente da censura prévia a determinados veículos de comunicação.

Ao longo da pesquisa, verificamos uma ampla cobertura política, discutia-se no jornal questões estaduais, nacionais e até mesmo internacionais. Com o incidente ocorrido na Guanabara, que resultou na morte de Edson Luiz, o jornal passou a dar ampla cobertura ao fato e a todas as manifestações que foram desencadeadas em consequência deste. Fotografias mostrando a agressão cometida por policiais, editoriais criticando a ação da polícia eram divulgados e matérias detalhando as passeatas também eram uma constante. No entanto, no editorial divulgado em 7 de abril (Apelo

aos estudantes), nota-se que a opinião do jornal não está mais tão favorável às ações dos estudantes. O editorial desse dia põe a culpa dos acontecimentos (brigas, espancamentos...) não só nos policiais, mas também nos estudantes que, naquele momento, não podiam sequer organizar reuniões coletivas públicas pelas regras do novo regime ditatorial.

Ao longo do ano, o jornal manteve-se com esta linha, afastando-se da posição inicial de apoio aos estudantes e do viés crítico ao regime. No editorial do dia 7 de abril, mostra o fato bem parecido com o que aconteceu, evitando emitir opiniões. Percebe-se, entretanto, que o mesmo evitava mostrar “pontos” a favor dos estudantes, como vinha sendo feito desde o início das manifestações.

O mês de abril é o que possui maior número de matérias que interessam a pesquisa. Sendo este mês considerado muito importante, pois apesar das manifestações possuírem seu início no mês de março, foi em abril que ocorreram a maioria dos protestos e manifestações de rua. Verifica-se também o baixo número de matérias durante os meses de novembro e dezembro. O número de matérias sobre o regime militar e sobre as manifestações e repressão cai de 36 (trinta e seis) em outubro para apenas 3 (três) em novembro e 3 (três) em dezembro. O motivo desse declínio não pode ser atribuído ainda ao AI-5 cuja decretação só ocorreria em 13 de novembro, mas aponta para um endurecimento do regime, por um lado, para o arrefecimento das manifestações de protesto e o também para um certo silêncio da imprensa local.

Estatísticas referentes à pesquisa no jornal *O Norte*

Durante o ano de 1968, o jornal *O Norte*, publicou 252 (duzentas e cinquenta e duas) matérias abordando aspectos referentes ao novo regime além de 26 (vinte e seis) editoriais, 24 (vinte e quatro) fotografias e 2 (duas) charges que interessam ao projeto de pesquisa. Sendo, mais da metade das matérias, fornecidas por agências de notícias e, portanto, abordando questões no âmbito nacional.

Tabela de número de matérias por mês em *O Norte*

	Nº DE MATERIAS	Nº DE EDITORIAIS	Nº DE FOTOGRAFIAS	Nº DE CHARGES	Nº DE FICHAS EXTRAS
					1 ficha- diretoria do
Jan	21 matérias	3 editoriais	0 fotografia	0 charge	jornal
Fev	14 matérias	0 editorial	0 fotografia	1 charge	0 ficha
Mar	32 matérias	3 editoriais	0 fotografia	1 charge	0 ficha
Abr	56 matérias	4 editoriais	13 fotografias	0 charge	0 ficha
					1 ficha- obs. P/ o
Mai	18 matérias	2 editoriais	0 fotografia	0 charge	mês
Jun	18 matérias	2 editoriais	0 fotografia	0 charge	0 ficha
Jul	12 matérias	5 editoriais	0 fotografia	0 charge	0 ficha
					1 ficha- obs. P/ o
Ago	30 matérias	1 editorial	4 fotografias	0 charge	mês
Set	9 matérias	1 editorial	0 fotografia	0 charge	0 ficha

Out	36 matérias	5 editorais	7 fotografias	0 charge	0 ficha
Nov	3 matérias	0 editorial	0 fotografia	0 charge	0 ficha
Dez	3 matérias	0 editorial	0 fotografia	0 charge	0 ficha

Tabela de número de matérias “sem agencia” por mês

	Mat. Sem agencia	Mat. Com agencia	Mat. Pelo rádio	Mat. Da sucursal
Jan	5 mat.	16 mat.	0 mat.	0 mat
Fev	2 mat.	12 mat.	0 mat	0 mat
Mar	7 mat	22 mat.	3 mat.	0 mat
Abr	36 mat	13 mat.	6 mat.	1 mat
Mai	3 mat	15 mat.	0 mat	0 mat
Jun	7 mat	11 mat.	0 mat	0 mat
Jul	4 mat	6 mat.	0 mat	0 mat
Ago	10 mat	20 mat.	0 mat	0 mat
Set	2 mat	7 mat.	0 mat	0 mat
Out	18mat	18 mat.	0 mat	0 mat
Nov	2 mat	1 mat.	0 mat	0 mat
Dez	1 mat	2 mat.	0 mat	0 mat

Análise do jornal *A União*

O jornal *A União*, foi fundado por Tito Silva no ano de 1892, como um órgão de divulgação das idéias do Partido Republicano, sendo pouco tempo depois transformado em jornal oficial do governo do estado da Paraíba.

No período da ditadura militar, mais precisamente no ano de 1968, *A União* terá à frente da sua diretoria o sr. José Morais de Melo, auxiliado pelo secretário Marconi Altamirano e como redator chefe o jornalista Antônio Barreto Neto. Essa equipe irá permanecer durante o corrente ano.

***A União* em 1968**

O Jornal *A União* é um veículo de comunicação oficial do governo estadual e, como todo órgão de imprensa oficial ele é um informativo que trabalha na divulgação da administração do estado da Paraíba. Compreende-se, dessa forma, que o governo terá grande participação e controle de tudo que será editado, exercendo influência direta na formação das notícias.

A cobertura feita pelo jornal *A União*, no ano de 1968, teve um caráter de alinhamento claro com os governos federal e estadual. No âmbito das notícias nacionais, o jornal veiculava as matérias fornecidas pela agência de notícias ASSAPRESS, dando destaque principalmente às notícias políticas ligadas às ações de governo, além de noticiar também os embates e manifestações de protesto contra o mesmo, que ocorriam em todo o país.

Com relação às notícias locais, o jornal deu destaque também as ações realizadas pelo governo estadual, porém ao abordar as manifestações de protesto contra o governo e a ditadura, o tratamento era diferente, fato esse observado através da forma pela qual os acontecimentos eram apresentados. A imagem que se procurava passar para o leitor era a de que apesar dos conflitos o Governo mantinha-se aberto ao diálogo, procurando solucionar os problemas estudantis. O que se vê na verdade significava uma mutilação da notícia, pois os choques e a violência ocorrida nas ruas entre os policiais e os estudantes sofreu uma inversão de papéis, colocando o Estado como vítima dos acontecimentos e os estudantes como vândalos e agressores. As imagens apresentadas eram geralmente de prédios públicos danificados pela ação dos estudantes, não sendo veiculados os confrontos violentos que ocorreram nas ruas de João Pessoa.

Ao longo do ano, o editorial emitiria opiniões que, quando relacionadas aos conflitos e protestos, procurou sempre se posicionar no sentido de que as medidas tomadas pelo governo eram necessárias para manter a ordem e a tranqüilidade da nação, dirigindo sempre um apelo à sociedade no sentido de orientar a juventude que está sendo “desviada” por elementos subversivos que se infiltraram no movimento estudantil.

Os meses de abril, agosto, outubro e dezembro foram os meses que tiveram maior volume de notícias pelo fato de terem sido meses em que ocorreram grandes manifestações. Realizou-se nesses meses uma pesquisa diária, enquanto para os demais, aplicou-se uma amostragem de três dias semanais, dados estes observados nas tabelas abaixo. Percebe-se claramente que no mês de dezembro o número de matérias cai pela metade se comparados aos outros meses que tiveram pesquisas diárias. Esse fato nos parece ligado à decretação do Ato Institucional de número 5, pois na primeira quinzena do mês o volume de notícias segue os parâmetros dos demais, sofrendo uma drástica redução na segunda quinzena, justamente após a decretação do AI-5.

Estatísticas referentes à pesquisa com o jornal *A União*

Durante o ano de 1968, o jornal *A União*, publicou 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) matérias com referência à ditadura e às manifestações contrárias à mesma, 22 (vinte e dois) editoriais e 13 (fotografias) que interessaram ao projeto de pesquisa.

Tabela de número de matérias por mês

	Nº DE	Nº DE	Nº DE	Nº DE	Nº DE FICHAS
	MATERIAS	EDITORIAIS	FOTOGRAFIAS	CHARGES	EXTRAS
Jan.	25 matérias	1 editoriais	0 fotografia	0 charge	1 ficha- diretoria
Fev.	13 matérias	0 editorial	0 fotografia	0 charge	0 ficha

Mar.	18 matérias	0 editoriais	0 fotografia	0 charge	0 ficha
Abr.	74 matérias	7 editoriais	7 fotografias	0 charge	0 ficha
Mai.	20 matérias	0 editoriais	0 fotografia	0 charge	0 ficha
Jun.	23 matérias	3 editoriais	2 fotografia	0 charge	0 ficha
Jul.	33 matérias	4 editoriais	0 fotografia	0 charge	0 ficha
Ago.	86 matérias	5 editorial	1 fotografias	0 charge	0 ficha
Set.	14 matérias	0 editorial	0 fotografia	0 charge	0 ficha
Out.	86 matérias	2 editoriais	3 fotografias	0 charge	0 ficha
Nov.	27 matérias	0 editorial	0 fotografia	0 charge	0 ficha
Dez.	42 matérias	0 editorial	0 fotografia	0 charge	0 ficha

Tabela de número de matérias “sem agencia” por mês

	Mat. Sem agencia	Mat. Com agencia	Mat. Pelo rádio	Mat. Da sucursal
Jan.	8 mat.	18 mat.	0 mat.	0 mat
Fev.	5 mat.	8 mat.	0 mat	0 mat
Mar.	2 mat	16 mat.	0 mat.	0 mat
Abr.	36 mat	52 mat.	0 mat.	mat
Mai.	2 mat	18 mat.	0 mat	0 mat
Jun.	3 mat	25 mat.	0 mat	0 mat
Jul.	9 mat	28 mat.	0 mat	0 mat
Ago.	40 mat	52 mat.	0 mat	0 mat
Set.	1 mat	13 mat.	0 mat	0 mat
Out.	25mat	66 mat.	0 mat	0 mat
Nov.	2 mat	25 mat.	0 mat	0 mat
Dez.	8 mat	34 mat.	0 mat	0 mat

Diversidade de abordagem entre *A União* e *O Norte*

A diversidade entre estes dois jornais da imprensa paraibana, no que se refere ao tratamento dado aos acontecimentos do ano de 1968 é um tanto acentuada. Começa-se a perceber as diferenças pelo ponto de vista da administração. *A União* é um órgão que é administrado pelo governo do estado, sendo assim é a voz de quem está no poder; enquanto que *O Norte*, sendo uma empresa de capital e administração privados, está menos engessado às vontades e ordens do poder público.

Percebe-se, ao confrontar as pesquisas feitas nos dois jornais, que *A União*, minimiza os acontecimentos que podem prejudicar os governos estadual e federal maquiando, assim, a realidade do que acontecia naquele período. Verifica-se também que o jornal do governo publica mais matérias compradas de agencia que o jornal *O Norte*.

Se for possível uma comparação entre as posições desses dois jornais ao longo do tempo dir-se-ia que a diferença de posição quanto à defesa do governo que ocorria em 1968, considerando que um deles é privado e outro estatal são as mesmas que ocorrem hoje entre jornais que tenham estas características.

Bibliografia

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política**. 1ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. 1ª ed. São Paulo: Pagina Aberta, 1991.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)** Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

STOPPINO, Mario. “Autoritarismo”, In: Norberto Babbio. **Dicionário de política**. 2ed. Brasília: UNB, 1986.

STOPPINO, Mario. “Ditadura”, In: Norberto Babbio. **Dicionário de política**. 2ed. Brasília: UNB, 1986.

SANI, Giacomo. “Cultura Política”, In: Norberto Babbio. **Dicionário de política**. 2ed. Brasília: UNB, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

CITTADINO, Monique Guimarães. **Poder local, modernização econômica e reforma do estado: A face de Janus do governo João Agripino. Paraíba (1966-1971)**. 2001. Tese de doutorado em História Econômica. FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GERMANO, José Wiliton. **Estado Educação no Brasil**